



SENADO FEDERAL

REQUERIMENTO Nº DE - CDH

Senhor Presidente,

Requeiro, nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, com o objetivo de debater "Desenvolvimento sustentável e bem-estar social na reforma tributária".

JUSTIFICAÇÃO

A reforma tributária está no Senado Federal e é de fundamental importância o debate na Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, pois a reestruturação de nosso sistema tributário poderá promover a saúde pública, especialmente em relação à alimentação saudável.

A má alimentação, o consumo de bebidas alcoólicas, tabagismo, a inatividade física e a poluição do ar são os principais fatores de risco para as doenças crônicas não transmissíveis (e responsáveis por cerca de 74% das mortes no Brasil e no mundo todos os anos).

Este cenário é reflexo das políticas fiscais e econômicas adotadas no Brasil que priorizaram ao longo do tempo um sistema alimentar voltado à produção de commodities e de produtos industrializados ultraprocessados, fazendo com que os alimentos saudáveis, como arroz, feijão, frutas, verduras e legumes, estejam cada vez mais caros e inacessíveis.

O estudo recente **“Por que a comida saudável está longe da mesa dos brasileiros? O papel da tributação como propulsora das desnutrição,**

obesidade e mudanças climáticas no Brasil”, revelou uma série de distorções, como em muitos estados brasileiros, alimentos ultraprocessados compõem a cesta básica, tendo o mesmo tratamento tributário do arroz e do feijão.

Foi encontrado que diversos ultraprocessados possuem alíquota zero para o IPI e o PIS/Cofins, por exemplo o refrigerante que apresenta uma alíquota de IPI muito baixa, a mesma da água mineral.

Não existe uma política tributária que favoreça os alimentos orgânicos ou agroecológicos, sendo que alguns produtos chegam a pagar quase quatro vezes mais tributos que um produto convencional.

E, além disso, diferentemente dos grandes produtores e da indústria de ultraprocessados, os pequenos produtores de alimentos não conseguem compensar os impostos acumulados em etapas posteriores da cadeia produtiva e acabam internalizando este custo.

A ACT Promoção da Saúde, que atua na promoção e defesa de políticas de saúde pública, especialmente nas áreas de controle do tabagismo, alimentação saudável, controle do álcool e atividade física. sugeriu esse debate importante na Comissão de Direitos Humanos!

Sala da Comissão, de de .

Senador Paulo Paim
(PT - RS)
Presidente da Comissão de Direitos Humanos